Quarta-Feira, 18 de Novembro de 2026

Inelegível, Bolsonaro usa tática de Lula para disputar a eleição de 2026

SÃO PAULO, SP (FOLHAPRESS) - Declarado inelegível pela Justiça Eleitoral, o ex-presidente **Jair Bolsonaro** (PL) articula para 2026 um plano semelhante ao adotado por **Lula** (PT) no pleito de 2018.

O hoje presidente estava condenado pela Operação Lava Jato, registrou candidatura já preso em Curitiba, mesmo com a previsão de que ela seria barrada, e só perto do prazo final trocou seu nome na cabeça de chapa pelo do então vice, Fernando Haddad (PT).

inelegibilidade em cortes superiores, o que tem chances consideradas remotas. Ele reafirma ser o "plano A" do campo conservador e, ao mesmo tempo, tem empoderado o filho Eduardo Bolsonaro, deputado federal pelo PL-SP e visto como eventual substituto.

O ex-presidente também incorporou à sua estratégia dois discursos adotados pelo PT na época do impedimento da candidatura de Lula: o de que a eleição sem a presença dele "não será democrática" e o de que é vítima de "lawfare" (manipulação das leis com finalidade política).

"Quem vai ser o cara da direita [em 2026]? Tem que ser Jair Bolsonaro, senão não é democracia. Uma coisa é ficar inelegível porque realmente roubou, desviou, fez maldade. A outra é porque se reuniu com os embaixadores", disse Bolsonaro nessa quarta-feira (22/1) ao canal AuriVerde Brasil, no YouTube.

Ele contesta a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de torná-lo **inelegível** até 2030 por **abuso de poder político e uso indevido dos meios de comunicação** em reunião com embaixadores estrangeiros, em 2022, na qual o então presidente fez afirmações falsas e distorcidas sobre o processo eleitoral.

Bolsonaro usou no canal AuriVerde Brasil o termo "lawfare", que definiu como "o uso do Poder Judiciário para perseguir opositores". Em meio a críticas aos magistrados responsáveis por julgá-lo, disse que "o sistema" quer prendê-lo. "O que estão fazendo comigo? É não deixar disputar a eleição em 26."

As movimentações do ex-presidente têm como pano de fundo a tentativa de manter capital político para fortalecer sua defesa no TSE, mas sobretudo no Supremo Tribunal Federal (STF), onde ele poderá vir a ser julgado por envolvimento no caso da trama para dar um **golpe de Estado no país em 2022**.

O roteiro é muito próximo do seguido por Lula na eleição de 2018 - ao fim vencida por Bolsonaro.

O PT instituiu na época o lema "eleição sem Lula é fraude" e chegou a cogitar um boicote às eleições, sob o argumento de que o pleito seria fraudulento sem a participação do petista. O alvo da sigla e da militância era a Lava Jato, personificada no então juiz Sergio Moro, hoje senador pelo União Brasil-PR.

As falas da presidente nacional do PT, Gleisi Hoffmann, tratavam a restrição a Lula como continuidade do que os petistas chamam de golpe em Dilma Rousseff, o impeachment da petista em 2016.

"A candidatura de Lula é vital para a democracia. Sem ela, teremos a ilegitimidade do processo eleitoral e a continuidade da ruptura do pacto democrático que fizemos na Constituição de 1988: voto soberano e eleições livres!", afirmou Gleisi em nota do partido de fevereiro de 2018.

Na época, o petista já estava condenado em segunda instância, pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), mas a defesa apostava em recursos na Justiça até o limite para tentar manter a candidatura. A mensagem do PT era a de que Lula era a única opção, e não havia "plano B".

Além da esfera jurídica, os advogados e aliados encampavam uma batalha política, acusando a Lava Jato de praticar "lawfare". Cristiano Zanin, então advogado de Lula e hoje ministro do STF, fundou um instituto e escreveu um livro sobre a tese.

O termo tem surgido com frequência agora na boca de Eduardo Bolsonaro e do pai.

"A gente está vendo a mesma 'lawfare' que o [Donald] Trump enfrentou aqui", disse o deputado à Folha de S.Paulo, na semana passada, enquanto estava nos Estados Unidos para a posse do presidente. Ele criticava a decisão do ministro do STF Alexandre de Moraes de negar o pedido do pai para reaver o passaporte e ir ao evento.

No X (antigo Twitter), Eduardo disse no último dia 15 que a proibição da viagem é parte do que classificou como "ativismo judicial", traduzido por ele como "usar o sistema de Justiça como arma para esmagar adversários políticos no tribunal porque têm medo de enfrentá-los nas urnas".

A estratégia de Lula de registrar candidatura mesmo com o veto pelos critérios da Lei da Ficha Limpa foi contestada pela campanha do então candidato Bolsonaro em 2018.

Os advogados afirmaram no pedido de impugnação que o "pretenso candidato", com o apoio dos seguidores, adotava "uma postura de vítima de um sistema judicial que considera parcial e perseguidor, levantando dúvidas acerca da legitimidade do processo que culminou com a sua condenação".

Nesta quinta-feira (23), em entrevista à CNN Brasil, Bolsonaro contestou a comparação com o discurso de perseguição judicial feito por Lula e disse que não está "chorando". "Não sou o Lula, não. Lá tem corrupção. [...] Comigo não tem nada, [...] são teorias e narrativas em cima de mim."

Ele também disse que sua esposa, Michelle Bolsonaro, é um "bom nome" à Presidência em 2026 e teria "chance de chegar", mas recuou em seguida e, ao site Metrópoles, declarou que estava falando em hipóteses e que considera que ela deva concorrer ao Senado pelo Distrito Federal.

O entorno dele diz nos bastidores que a ideia de substituição pelo vice é avaliada, mas dependerá do contexto quando a eleição estiver próxima. O ex-presidente resiste a indicar um sucessor para evitar seu esvaziamento político e, com isso, manter a base mobilizada para defendê-lo.

A opção de lançar Eduardo direto, apoiada por aliados caso o pai continue impedido, é rechaçada em público pelo ex-presidente, por ora. O campo da direita discute várias alternativas para a disputa. Interessados fazem cobrança por uma definição, para tentarem uma aglutinação.

No canal AuriVerde Brasil, especulando sobre quem ele "vai apoiar" para 2026, o próprio Bolsonaro afirmou: "Só falo algo parecido aos 48 do segundo tempo, quando eu realmente não tiver mais chance. Mas até lá eu tenho certeza de que o povão vai estar comigo nas ruas".

Um dos efeitos colaterais da troca de Lula por Haddad foi o curto período que o hoje ministro da Fazenda teve para fazer campanha com seu nome como candidato menos de um mês até o primeiro turno.

Para o cientista político Antonio Lavareda, Bolsonaro pode ter percalços ao empurrar a decisão. "Diferentemente do Lula em 2018, ele não tem o controle político-partidário de seu campo. Essa é uma estratégia de defesa jurídica dele, e não necessariamente vai servir como estratégia eleitoral da direita", diz.

fonte estado de minas